

ECA Vai à Escola: Educando para a Cidadania

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O artigo apresenta e analisa, de forma preliminar, as diferentes metodologias e os resultados parciais do subprojeto ECA vai à escola, apontando seus limites e possibilidades. Este teve por objetivo difundir o ECA em escolas das redes municipal e estadual, trabalhando os cinco direitos fundamentais nele postulados, junto aos seus vários segmentos - professores, alunos, funcionários e famílias - visando à formação de uma cultura cidadã. O desafio metodológico colocado por este tipo de projeto era o de como possibilitar o aprendizado de uma lei, tornando-a objeto de interesse e reflexão para esses diferentes segmentos, em especial, para crianças (entre 9 a 11 anos de idade). Visando atingirmos nosso objetivo, utilizamos múltiplos procedimentos metodológicos: oficinas lúdico-educativas, cursos, palestras, questionários e entrevistas. A análise preliminar do rico material produzido permiti-nos afirmar que o subprojeto foi bem sucedido no seu propósito de sensibilizar os públicos alvo para a questão dos direitos da criança e do adolescente, assegurados pelo ECA. Muitos são os desafios evidenciados por projetos dessa natureza, que exigem equacionar novos desenhos metodológicos, teóricos e institucionais para desenvolvê-los. O ECA vai à escola possibilitou-nos verificar a validade desses procedimentos.

Autoras

Daniela Soares Hatem, Mestre em Direito - Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) / Pro-reitoria de Extensão

Eliana Fonseca Stefani, Mestre em Sociologia - Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) / Pro-reitoria de Extensão

Maria da Conceição Meirelles Gouvêa Lisboa da Costa, Mestre em Educação - Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) / Pro-reitoria de Extensão

Maria Elizabeth Marques, Doutora em Educação - Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) / Pro-reitoria de Extensão

Rita de Cássia Fazzi, Doutora em Sociologia- Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) / Pro-reitoria de Extensão

Instituição

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS

Palavras-chave: ECA; escola; cidadania.

Introdução e objetivo

O Instituto da Criança e do Adolescente é um Programa da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, coordenado por um Conselho Técnico interdisciplinar, formado pelas seguintes professoras: Daniela Soares Hatem (curso de Direito), Eliana Fonseca Stefani (curso de Ciências Sociais), Maria da Conceição Meirelles Gouvêa Lisboa da Costa (curso de Serviço Social), Maria Elizabeth Marques (curso de Ciências Sociais), Maria Helena de Andrade Magalhães (curso de Ciência da Computação), Sânia Maria Campos (curso de Economia), Rita de Cássia Fazzi (curso de Ciências Sociais), diretora do ICA

O ECA vai à escola é um dos três subprojetos que compreendem o projeto Criança e Adolescente: prioridade absoluta, resultado do convênio PUC Minas/ PROEX/ ICA - UNESCO, firmado em 2003. Os dois outros subprojetos são: Encontro Nacional de Universidades (que ocorreu na PUC Minas de Belo Horizonte, em 2003) e Formação de Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte (atividade em andamento). Neste artigo apresentaremos, sucintamente, a metodologia do subprojeto ECA vai à escola e analisaremos de forma preliminar alguns de seus resultados, apontando seus limites e suas possibilidades.

O ECA Vai à Escola nasceu de um diagnóstico dos Conselhos Tutelares, realizado pelo ICA, que apontou para a existência de uma relação conflituosa entre estes e as Escolas na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na opinião dos conselheiros, de uma maneira geral, ocorria por parte dos professores não só o desconhecimento sobre o Estatuto, mas também uma resistência à sua aplicação, gerada, entre outros motivos, pelo entendimento de que esse ameaçava a sua autoridade. Por outro lado, observava-se também a falta de uma maior preparação e discernimento por parte dos Conselheiros Tutelares para desempenhar suas funções adequadamente junto à escola.

Tendo em vista essas questões, o Conselho Técnico do ICA considerou importante elaborar um projeto com o objetivo de difundir o ECA nas escolas, trabalhando os cinco direitos fundamentais, postulados na lei, relacionados à noção de dever, junto aos vários segmentos: professores, alunos, funcionários e famílias, visando à formação de uma cultura cidadã. Decidiu-se que paralelamente à execução do ECA vai à escola seria desenvolvido um projeto de formação de Conselheiros Tutelares, de tal forma que, ao final dos dois projetos, tivéssemos contribuído para a construção do estabelecimento de uma relação de cooperação entre Escolas e Conselhos Tutelares.

Embora o ECA seja uma lei que está em vigor desde 1990, tem havido uma série de dificuldades e desafios para a sua implementação na sociedade brasileira. Os principais responsáveis pela proteção e efetivação dos direitos da criança e do adolescente são, além da sociedade em geral, a família e o poder público. Como a escola, ao lado da família, é um locus privilegiado de socialização e formação de crianças e adolescentes para a cidadania, cabendo-lhes zelar pelos seus direitos, é importante que ambos estejam cientes dessa sua responsabilidade. Sabemos que, hoje, a formação de crianças e adolescentes para a cidadania passa pelo conhecimento, reflexão e vivência do ECA, como parte de uma política pública que tem interface imediata com a política educacional. Nesta perspectiva, o projeto que apresentamos é uma tentativa de contribuir para o desafio de implementação do ECA nas escolas.

O ECA Vai à Escola é um projeto piloto que abrange nove escolas da rede municipal de ensino e quatro escolas da rede estadual, voltado para alunos na faixa etária de 9 a 11 anos, no município de Belo Horizonte.

Este projeto foi iniciado no segundo semestre de 2003, em nove escolas municipais, uma de cada regional administrativa da cidade, conforme seguem relacionadas: Escola Municipal Agenor Alves de Carvalho (Nordeste), Escola Municipal Antônio Salles Barbosa (Barreiro), Escola Municipal Dora Tomich (Venda Nova), Escola Municipal Francisca Alves (Pampulha), Escola Municipal Hilda Rabelo Matta (Norte), Escola Municipal Padre Edeimar Massote (Noroeste), Escola Municipal Padre Francisco Carvalho Moreira (Leste), Escola Municipal Padre Henrique Brandão (Oeste), Escola Municipal Senador Levindo Coelho (Centro-sul).

No primeiro semestre de 2004, o Projeto foi desenvolvido em quatro escolas da rede estadual: Escola Estadual Cesário Alvim (Centro-sul), Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira (Centro-sul), Escola Estadual Instituto Agrônomo (Leste), Escola Estadual Tomás Brandão ((Noroeste).

Metodologia

O subprojeto colocou-nos desafios metodológicos de natureza diversa, dado o objetivo de difundir o ECA de forma a atingir os vários segmentos que constituem a comunidade escolar. Essa era, segundo nosso ponto de vista, a única maneira de propiciar uma compreensão do Estatuto de forma mais ampla e eficaz, socializando o seu conhecimento e reflexão, não só para professores e alunos, mas também para funcionários e famílias, isto é, para todos aqueles que têm a responsabilidade de entendê-lo e implementá-lo, seja na função de protetores e promotores desses direitos, seja na posição de protagonistas, no caso, as próprias crianças e adolescentes. Mais do que isto: era importante que esses segmentos se tornassem multiplicadores da difusão do ECA.

Considerando-se os diversos públicos-alvo, definiu-se que a melhor forma de trabalharmos com as crianças, com seus familiares e com os funcionários das escolas seria através de oficinas lúdico-educativas. O trabalho com o segmento docente deveria ocorrer através de palestras e curso; era também fundamental que criássemos um instrumento de investigação que nos possibilitasse traçar o perfil sócio-econômico das famílias e, ao mesmo tempo, conhecer a vivência dos direitos da criança, garantidos pelo ECA, nas relações cotidianas intrafamiliares. Para esse tipo de conhecimento decidiu-se pela técnica de questionário aplicado. Por fim, tínhamos o desafio de pensar os procedimentos de avaliação do subprojeto.

A questão central que nos orientava era a de como possibilitar a crianças o processo de aprendizagem de uma Lei. Estendíamos esta indagação para as famílias, no geral de baixa renda, e para os funcionários das escolas, em especial, as cantineiras e responsáveis pela manutenção da limpeza nas escolas. Dessa questão central desdobrávamos novas indagações: como possibilitar a compreensão de princípios éticos, tais como liberdade, autonomia, pluralidade, dignidade que fundamentam o ECA? Como associar direitos e deveres? Também nos desafiava o fato de termos de enfrentar a visão preconceituosa que tem sido veiculada na sociedade sobre o Estatuto.

O pressuposto que orientou o desenho dos procedimentos metodológicos foi o de considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e, portanto, capazes de elaborar seu próprio conhecimento. Nesse sentido, deveríamos considerar as significações pessoais que constroem sobre suas vivências de direitos e deveres, elaboradas nas diversas relações que estabelecem com familiares, com os diferentes segmentos da escola, com os vizinhos e com os grupos de amigos, para, então, criar e re-criar procedimentos pedagógicos, através das oficinas, que possibilitassem a reflexão dessa experiência e desencadeassem novos processos de aprendizagem ético-moral.

A equipe de campo, responsável pelas oficinas com as crianças, foi organizada com um formato interdisciplinar - princípio que orienta a formulação de projetos do ICA- sendo constituída por técnicos e estagiários de áreas diversas: os profissionais das oficinas eram formados em pedagogia, psicologia, serviço social, comunicação social, direito, geografia e artes plásticas; os estagiários cursavam história, filosofia, ciências sociais, pedagogia, psicologia, serviço social e direito. As oficinas com funcionários foi realizada por um assistente social e as oficinas com as famílias foram executadas por estagiárias do curso de serviço social, que também foram responsáveis pelo trabalho de visitas às famílias e aplicação de questionários às mesmas.

O processo de formação dosicineiros e estagiários ocorreu em duas modalidades. As duplas de oficineiros e estagiários que trabalharam com as crianças passaram por um processo de formação teórica sobre o ECA, demarcado pelo estudo da filosofia política referente aos direitos humanos e reflexões sobre os cinco direitos fundamentais do ECA. Informados sobre a realidade da escola e o perfil do público com o qual iriam trabalhar (idade, grau de alfabetização, número de alunos em sala, etc) deram início ao processo de produção

das oficinas lúdico-educativas, que contextualizavam os cinco direitos fundamentais definidos pelo ECA e a história da luta pelos direitos das crianças no Brasil. A liberdade de criação foi assegurada às equipes, as quais, após a construção de suas propostas, socializavam os resultados e os submetiam à avaliação crítica dos pares e das professoras orientadoras. As estagiárias do curso de Serviço Social, responsáveis pelo trabalho com as famílias, integravam o projeto através da disciplina de estágio curricular e, como tal, tiveram formação específica a este campo de conhecimento. Elas não só elaboraram e executaram oficinas com as famílias, como também participaram do pré-teste e da aplicação do questionário aos familiares das crianças envolvidas no subprojeto. As estagiárias do Serviço Social tiveram orientação teórica e metodológica dos professores responsáveis pela disciplina de estágio.

O ICA avalia essa experiência como expressão da possibilidade de interagir a extensão, o ensino e a pesquisa, bem como de produzir conhecimento no molde interdisciplinar.

As oficinas com os funcionários circunscreveram-se nesta mesma modalidade participativa e foram ministradas por uma assistente social. Elas possibilitaram que um ator, geralmente não incluído em cursos de formação, entrasse em cena e expressasse seus sentimentos e vivência sobre direitos e cidadania. Os funcionários produziram nas oficinas o que estamos denominando de 'livro artesanal'.

A formação dos professores foi realizada através de metodologia mais tradicional: palestras e curso. Pretendia-se formar os professores para a compreensão do ECA e motivá-los a incorporar o Estatuto como tema transversal no projeto político-pedagógico da escola. A visão dos professores sobre o ECA era considerada como ponto de partida para a difusão/ampliação do conhecimento específico sobre a lei. Temas como o da mobilização da sociedade brasileira para a institucionalização do ECA; a doutrina de Proteção Integral e as Convenções Internacionais; o conteúdo do ECA e sua possível relação/integração à prática pedagógica e ao projeto político-pedagógico da Escola foram tratados através de exposições, debates, estudos dirigidos, vídeos e produção de projeto de inclusão do ECA à vida escolar.

O conhecimento sobre o perfil sócio-econômico das famílias e sobre a vivência da criança e do adolescente dos direitos garantidos pelo ECA foi produzido através de informações obtidas dos adultos por meio de questionário com perguntas fechadas e abertas e técnicas de observação realizadas nas visitas domiciliares e registradas em diários de campo.

Foram ainda realizadas entrevistas com algumas das crianças participantes do subprojeto, visando perceber o significado e as vivências dos direitos expressos por elas e também como avaliaram as oficinas.

As ações desenvolvidas foram avaliadas através de técnicas diferenciadas. As atividades das oficinas e as visitas domiciliares foram submetidas a procedimentos de avaliação processual pelosicineiros e estagiários. As palestras e curso foram avaliados pelos participantes, ao final de cada atividade, com instrumento escrito. Os professores que ministraram curso sobre o ECA e os palestrantes avaliaram o trabalho realizado através de reuniões com a equipe do ICA.

Todo esse material está atualmente sendo sistematizado e analisado pelas coordenadoras do ECA vai à escola. Na seção seguinte, apresentaremos algumas reflexões iniciais já elaboradas pela equipe.

Resultados e discussão

Destacamos aqui, de forma sintetizada, as múltiplas percepções sobre a Lei apresentadas pelos segmentos sociais que participaram do subprojeto.

Professores: expressaram haver uma distância entre o ECA e a realidade da Escola.

Observadas manifestações favoráveis e contrárias à Lei. As professoras, em sua maioria, avaliaram positivamente o mini-curso, no qual foi discutido o ECA, afirmando que esse possibilitou o conhecimento da Lei e a definição de seu posicionamento em relação a ela.

A superação do desconhecimento da Lei, por parte deles, teve como consequência: a identificação das possibilidades e limites da Lei; o esclarecimento sobre o papel do Conselho Tutelar; a identificação do lugar da Escola no texto da Lei; o conhecimento dos direitos das crianças e adolescentes em relação à Escola; o esclarecimento a respeito do papel/dever da família, da comunidade, da Escola e do Estado para com as crianças e adolescentes.

Demonstração de atitudes de interesse, desinteresse e/ou descrença pelo texto da Lei: muitos não acreditaram ser possível tornar a Lei realidade; outros alegaram desinteresse pelo fato de estarem em fase de aposentadoria, não se dispondo a participar de novos projetos escolares. Vários professores demonstraram interesse em fazer a Lei se tornar realidade: esforço de pensar o projeto pedagógico da Escola a partir do ECA; aproximação com o Conselho Tutelar; vontade de se tornarem conselheiros.

Demonstração de descrédito para com a política pública; desconhecimento tanto da rede de atendimento quanto do papel do Conselho Tutelar; experiências negativas com os Conselhos Tutelares.

Identificação de sobrecarga de trabalho dos professores relacionada à dinâmica da família contemporânea: pais fazem da Escola “depósito” de crianças, esperam que a Escola eduque seus filhos, se desresponsabilizando desta tarefa.

Observada a dificuldade de compreender as alterações sofridas pela família e a interferência desse aspecto na vida escolar. Discurso de culpabilização da família, que é vista como causadora da falta de disciplina e de educação das crianças. A Escola se coloca como vítima da perda de autoridade dos pais.

Detectado desgaste pessoal dos professores: condições difíceis de trabalho, baixos salários, vivências de situações de violência (ação do tráfico e gangues juvenis).

Funcionários: o desconhecimento sobre o ECA foi comum entre o pessoal de apoio.

Expressaram sentimento de valorização pessoal por terem tido oportunidade de participar das oficinas. Demonstraram satisfação no trabalho de confecção de um “livro artesanal” sobre o ECA. Foram poucas as pessoas que manifestaram desinteresse e não comprometimento com as atividades.

Observaram que as oficinas deram oportunidade tanto de reflexão sobre a Lei quanto de manifestação de relatos de experiências pessoais: casos de pessoas com problemas de infração da Lei; de funcionários que estavam sendo acompanhados pelo Conselho Tutelar da região. Foi possível identificar entre os funcionários, casos de familiares envolvidos com tráfico de drogas e/ou dependentes químicos.

Avaliaram positivamente as oficinas: afirmaram a importância de conhecer a Lei para sua vida pessoal e profissional. Entendimento do papel do Conselho Tutelar.

Detectada dificuldade de encontrar horário para o trabalho com funcionários. A rotina da Escola é pesada e eles precisam dar conta do que lhes é exigido para o bom funcionamento da instituição. Ficou evidenciado o quanto os funcionários são imprescindíveis para a rotina da vida escolar.

Crianças: após a realização das oficinas, de maneira geral, observou-se que boa parte das crianças compreenderam o significado do ECA, assimilando e/ou ampliando noções de direito, de respeito e de dever/obrigações.

As crianças relataram diversos direitos que foram trabalhados com elas nas oficinas. Boa parte das crianças fez associação dos direitos assegurados pela Lei com seu cotidiano de vida. Observação de um certo número de crianças que não assimilou o significado do Estatuto.

Registrada, na maioria das turmas, a existência de trabalho infantil em casa. A maior parte das crianças é responsável por tarefas domésticas, como, por exemplo, arrumar a casa, lavar vasilha, lavar roupa e cuidar dos irmãos. Foi também registrado algum trabalho fora de casa.

Expressado, pela maior parte das crianças, que o trabalho (em casa ou fora de casa) não atrapalha o estudo e nem impede a ida à escola.

Observado que a grande maioria das crianças brinca cotidianamente: jogando bola, pega-pega, esconde-esconde, peteca, vídeo game; de casinha; assistindo TV, etc.

Avaliação pelas crianças de que adoecem pouco e, em geral, quando estão com problemas de saúde, as famílias as levam ao Posto de Saúde. Ocorreram registros também de aplicação de remédios caseiros.

Relatado, pela grande maioria das crianças, que recebem castigos. Os motivos dos castigos são principalmente por desobedecerem e responderem aos pais; por agredirem fisicamente as mães, como, por exemplo, chutando e dando beliscões; por brigarem com irmãos ou outras crianças. Observado também um número de casos de castigo devido ao fato de as crianças e adolescentes receberem ocorrência por parte das escolas, também pelo fato de faltarem à aula. Os castigos mais freqüentemente registrados foram: a criança ser privada de brincar, de assistir TV, ficar retido no quarto, ficar ajoelhado horas no chão.

Identificado que parte das crianças apanha e outra parte não. As que apanham, em geral, relatam que não sofrem lesões corporais.

Avaliação pelas crianças de terem gostado e aprendido com o ECA vai à escola.. Nos relatos fizeram apreciação positiva das oficinas, afirmando que aprenderam noções de direitos, de respeito aos outros e noções de limite e de dever e que nelas havia muitas brincadeiras. Algumas crianças não conseguiram absorver os direitos trabalhados nas oficinas.

Famílias: a análise dos questionários aplicados às famílias está em fase de elaboração.

Avaliação das oficinas realizadas com as crianças, pelos oficinheiros e estagiários:

- Identificação de crianças e adolescentes que possuíam e outras que não possuíam conhecimento sobre o ECA.

- Observação de que as crianças, de uma maneira geral, tinham alguma noção de direito e de dever.

- Identificação de casos de trabalho infantil: atividades domésticas dentro de casa e trabalho fora de casa.

- Detectada dificuldade generalizada na escrita dos alunos de diversas escolas.

- Observação de problema de indisciplina como um fato constante nas salas, ocorrendo brigas entre crianças, atitudes discriminatórias entre elas, desrespeito a alguma ordem, entre outros. Mesmo havendo indisciplina, em geral, as crianças eram muito receptivas.

- Observação de existência de uma grande carência afetiva por parte das crianças.

Conclusões

Os limites desse subprojeto

O ECA Vai à Escola foi um Projeto Piloto e por ser pioneiro não contava com nenhum acúmulo de experiências que pudesse servir de parâmetro para a sua montagem e execução. Além disto, ele teve como limites:

- o fato de ser pontual: não se caracterizar por uma ação continuada;

- o fato de não ter surgido de uma demanda da própria Escola e sim de ser uma proposta do ICA/PROEX/ PUC Minas com o objetivo de difundir o conhecimento da lei para os segmentos que compõem a comunidade escolar: professores, alunos, funcionários, famílias;

- o fato de alcançar apenas parte do público escolar, uma vez que por limites operacionais (recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura) só foi possível atingir um número limitado de turmas, de professores e de famílias.

Acertos do subprojeto e campo de possibilidades aberto por ele:

- o fato de possibilitar um processo de aprendizagem da lei abrangendo diferentes segmentos da Escola: professores, alunos, funcionários, famílias;

- o fato de abrir a possibilidade de participação de familiares nas palestras e oficinas, como uma forma de a Escola propiciar a eles o esclarecimento sobre o ECA e, conseqüentemente, uma maior aproximação Escola-família;

- o potencial proporcionado pelas oficinas de diagnosticar o tipo de conhecimento e percepção sobre o conteúdo da Lei trazido pelas crianças; a possibilidade de elas expressarem, refletirem e dialogarem com colegas sobre valores, princípios éticos e morais que formam a consciência sobre direitos e deveres humanos; a forma de exporem suas vivências de respeito e desrespeito à Lei;

- a possibilidade de promover a reflexão e revisão das ações das Escolas e dos Conselhos Tutelares (CT) frente às dificuldades enfrentadas por cada uma das partes, mas também sobre a importância da cooperação entre eles para um melhor enfrentamento dos problemas vivenciados por ambos nas suas atividades cotidianas;

- a possibilidade de disponibilizar material didático sobre o ECA, para as atividades educativas da Escola como vídeo, cartilha, livro infantil, publicações de oficinas lúdico-educativas e acadêmico-científicas;

- a possibilidade de produzir metodologias relativas à aprendizagem de valores que fundamentam a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Referências bibliográficas

ABREU, Charles Jean. Estudo Crítico ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Porto Alegre: Síntese, 1999.

CENDHEC. Sistema de Garantia de Direitos. Recife: Cendhec. 1999.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). CURY, SILVA e MENDES. (org).Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Malheiros, 2002.

SEDA, Edson. A Criança e o Direito Alterativo: um relato sobre o cumprimento da Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente no Brasil. Campinas: Edição Adês, 1995.

SEDA, Edson e MOTI, Ângelo (coordenadores). Estatuto da Criança e do Adolescente: uma década de direitos – avaliando resultados e projetando o futuro. Campo Grande. UFMS, 2001. Série Escola de Conselhos.

----- (org.). Dez Anos de Estatuto: a construção da cidadania da criança e do adolescente. Campo Grande: UFMS, 2001.